



Estaleiro e Base Naval para a Construção de Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear

Plano Básico Ambiental

SEÇÃO VII – REFERÊNCIAS LEGAIS, NORMATIVAS E BIBLIOGRÁFICAS

0	Emissão inicial	15/05/2010	Giselle P. Gouveia	Thiago Avelar Chaves
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

Doc. Nº 1.1.2.1.1.2.8



1	LEGISLAÇÃO	3
1.1	LEIS FEDERAIS	3
1.2	DECRETOS	3
1.3	RESOLUÇÕES CONAMA.....	4
1.4	PORTARIAS	6
1.5	NORMAS TÉCNICAS AMBIENTAIS DA DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS (DPC).....	6
1.6	INSTRUÇÕES NORMATIVAS	6
1.7	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL	7
1.8	DIRETRIZES ESTADUAIS	7
2	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DE SAÚDE DO TRABALHADOR	7
2.1	NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	8
3	NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	8
4	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS ASPECTOS RADIOLÓGICOS	9
5	DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATA	10
5.1	LEIS.....	10
5.2	DECRETOS	10
5.3	PORTARIAS	10
6	BIBLIOGRAFIA.....	10

1 LEGISLAÇÃO

1.1 LEIS FEDERAIS

- Lei 4771/65 – Institui o Código Florestal.
- Lei Nº 7.661/1988, que Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
- Lei 9.433/1997 - Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Lei 9368/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Lei Nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes Básicas da Educação – LDB;
- Lei 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais.
- Lei nº 9795/1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei 9.966/2000 - Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
- Lei Nº 11.428/ 2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

1.2 DECRETOS

- Decreto 79.367/77 - Dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água.
- Decreto 2.661/98 - Estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais.
- Decreto Nº 5.300/2004, que regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988.
- Decreto Nº 5.377/2005, que aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM.
- Decreto 5.940/2006, que Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

- Decreto nº 6.660/2008 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

1.3 RESOLUÇÕES CONAMA

- CONAMA 001/1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
- CONAMA 001A/1986 - Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos em território nacional.
- CONAMA 005/1989 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR.
- CONAMA 001/1990 - Estabelece critérios e padrões para a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais.
- CONAMA 002/1990 - Institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora – Silêncio.
- CONAMA 003/1990 - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.
- CONAMA 010/1993 - Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica.
- CONAMA 006/1994 - Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Rio de Janeiro
- CONAMA 012/1994 - Aprova o Glossário de Termos Técnicos elaborado pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica.
- CONAMA 024/1994 - Exige anuência prévia da CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, para toda a importação ou exportação de material radioativo, sob qualquer forma e composição química, em qualquer quantidade.
- CONAMA 16/1995 - Dispõe sobre os limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados, e determina a homologação e certificação de veículos novos do ciclo Diesel quanto ao índice de fumaça em aceleração livre.
- CONAMA 226/1997 - Estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores, as especificações para óleo Diesel, comercial e o cronograma de implantação do cronograma de Melhoria do Óleo Diesel.
- CONAMA 237/1997 - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
- CONAMA 252/1999 - Dispõe sobre os limites máximos de ruído nas proximidades do escapamento para veículos rodoviários automotores,

inclusive veículos encarroçados, complementados e modificados, nacionais e importados.

- CONAMA 269/2000 - Regulamenta o uso de dispersantes químicos em derrames de óleo no mar.
- CONAMA 274/2000 - Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.
- CONAMA nº 275/ 2001 - Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.
- CONAMA 278/2001 - Dispõe contra corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
- CONAMA 300/2002 - Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001.
- CONAMA 307/2002 - Dispõe sobre gestão dos resíduos da construção civil, e estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- CONAMA 313/2002 - Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
- CONAMA 314/2002 - Dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências.
- CONAMA 344/04 - Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.
- CONAMA no 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências; e suas alterações na CONAMA 397/2008 - Altera o art. 34.
- CONAMA 358/2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- CONAMA 362/2005 - Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
- Resolução CONAMA Nº 397/2008, que altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente -CONAMA no 357, de 2005;
- CONAMA 398/2008 - "Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações

portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.”

- CONAMA 4001/2008 - Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
- Resolução CONAMA 422/210, que estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental;

1.4 PORTARIAS

- Portaria IBAMA nº 149/1992 – Uso e porte de Moto-Serra.
- Portaria Interministerial MME/MMA 1/1999 - Dispõe sobre as diretrizes para o recolhimento, coleta e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado.
- Portaria MMA nº253/ 2006 – Institui o Documento de Origem Florestal – DOF.

1.5 NORMAS TÉCNICAS AMBIENTAIS DA DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS (DPC)

- NORTAM 06/2007- DPC - Norma Técnica Ambiental sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelas Organizações Marítimas Brasileiras;
- NORTAM 01/2009 - DPC - Norma Técnica Ambiental para a Coleta e o Transporte de Amostras de Derramamento de óleo e seus Derivados;

1.6 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

- Instrução Normativa MMA nº 006/2006 - Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.
- Instrução Normativa IBAMA nº 112/2006 e 134/2006, Normatizando o sistema de Documentação de Origem Florestal – DOF.

1.7 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL

- Lei nº 3.325/1999, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental;
- Decreto nº 27.599 /2000, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o Programa estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal Nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- Decreto Estadual nº 40.645/ 2007, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

1.8 DIRETRIZES ESTADUAIS

- NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquido – Estado do Rio de Janeiro
- DZ-205.R-6 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial – Estado do Rio de Janeiro
- NT-213.R-4 - Critérios e Padrões para Controle da Toxicidade em Efluentes Industriais – Estado do Rio de Janeiro
- DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária – Estado do Rio de Janeiro
- DZ-703.R-4 - Roteiros para Apresentação de Projetos para Tratamento de Efluentes Líquidos – Estado do Rio de Janeiro
- DZ-1845.R-3 - Diretriz para o licenciamento ambiental de dragagem e disposição final do material dragado – Estado do Rio de Janeiro.

2 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DE SAÚDE DO TRABALHADOR

- Decreto nº 3.298/1999 - Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção.
- Portaria no 518/2004 do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

- PORTARIA Nº 777/GM de 2004 - Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde – SUS.

2.1 NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

- NR 1 – Disposições Gerais.
- NR-4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
- NR-6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI.
- NR-12 – Máquinas e Equipamentos.
- NR 15 – Atividades e Operações Insalubres
- NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- NR-19 – Explosivos.
- NR-24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.
- NR-25 – Resíduos Industriais.

3 NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

- NBR 7229 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.
- NBR 8419 - Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos.
- NBR 9898 - Preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores.
- NBR 10005 - Lixiviações de Resíduos Sólidos.
- NBR 10006 - Solubilização de Resíduos Sólidos.
- NBR 10007 - Amostragem de Resíduos Sólidos.
- NBR 10151 - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade.
- NBR 10152 - Níveis de ruído para conforto acústico.
- NBR 10004 - Classificação dos resíduos sólidos.
- NBR 11174 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III – inertes.
- NBR ISO 12235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos

- NBR 12808 - Resíduos de serviços de saúde – Classificação.
- NBR 12809 - Manuseio de resíduos de serviços de saúde – Procedimento.
- NBR 13221 - Transporte de resíduos.
- NBR 13969 - Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação.
- NBR ISO 14001-2004 - Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso.
- NBR 14657 - Graxa lubrificante - separação de óleo durante a armazenagem.
- NBR 14619.1 - Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- NBR 15112 - Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- NBR 15114 - Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- NBR 15115 - Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos.
- NBR 15116 - Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos.
- NBR 17505 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis.

4 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS ASPECTOS RADIOLÓGICOS

- Lei Nº 4.118/1962, que dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.
- Lei Nº 6.189/1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRÁS, e dá outras providências.
- Lei Nº 7.781/1989, que dá nova redação aos artigos 2º, 10 e 19 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

5 DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATA

5.1 LEIS

- Lei Nº 7.652/1988 - Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.
- Lei nº 9.503/1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei Nº 9.537/1997 - Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

5.2 DECRETOS

- Decreto nº 3.665/2000 - Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).
- Decreto 88.821/83 - Aprova o Regulamento para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos.
- Decreto 96.044/88 - Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

5.3 PORTARIAS

- Portaria Nº 109/2003 da Secretaria de Portos e Costas, que aprova as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - **NORMAM-11/DPC**.
- Portaria Nº 118/2005 do Ministério das Cidades, que aprova o novo Regimento do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil.

6 BIBLIOGRAFIA

CNEN. COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN). . - 2005.

ANTAQ - Agencia Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ - 2009 de 10 de 28. - <http://www.antaq.gov.br/Portal/legnavegacaoM.asp>.

CÂMARA G. e MEDEIROS J. S. Princípios Básicos do Geoprocessamento // Sistemas de Informações Geográficas - Aplicações na Agricultura/ ASSAD E. e SANO E. E.. - Brasília : Embrapa, 1998. - Vol. 2ª Edição.

CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear - Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica. Norma CNEN-NN-3.01- Janeiro, 2005.

CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear - Glossário de Segurança Nuclear- Novembro, 2009.

CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear - Posição Regulatória 3.01/ 001, Critérios de exclusão, isenção e dispensa de requisitos de proteção radiológica - 2005.

CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear - Posição regulatória 3.01/ 008, Programa de Monitoração Radiológica Ambiental - 2005.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB Água - CETESB - 2009 de 10 de 5. - <http://www.cetesb.sp.gov.br/default.asp>.

Cortez V D [et al.] International Nuclear Atlantic Conference // Avaliação da mobilidade de metais e semi-metais em sedimentos coletados em diferentes períodos na baía de Sepetiba (Rio de Janeiro - Brasil). - Santos - SP : Associação Brasileira de Energia Nuclear – ABEN, 2005. - 85-99141-01-5.

Det Norske Veritas Ltda. Apostila do Curso Sobre Estudo de Análise de Riscos e Programa de Gerenciamento de Riscos. - [s.l.] : Ministério do Meio Ambiente, 2006.

Diretoria de Portos e Costas DPC - Normas da Autoridade Marítima. - 2009 de 11 de 09. - https://www.dpc.mar.mil.br/normam/tabela_normam.htm.

Governo do Estado de Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro. - 2009 de 10 de 8. - <http://www.saude.rj.gov.br/>.

Hutchinson M. F. A new procedure for gridding elevation and stream line data with automatic removal of spurious pits // Journal of Hidrology. - 1989. - 106: 211-232.

IAEA International Atomic Energy Agency - Nuclear Security Measurements at the XV Pan-American Games. - Rio de Janeiro, 2007; Vienna, 2009.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos [Livro]. - Curitiba, 2001.

Instituto Estadual do Ambiente - INEA Instituto Estadual do Ambiente - INEA. - Tecnologia PRODERJ. - 18 de 11 de 2009. - <http://www.inea.rj.gov.br/index/index.asp>.

Kageyama P. Y. e Gandara F. B. Dinâmica de populações de espécies arbóreas: implicações para o manejo e a conservação // Anais do III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira. - Serra Negra - SP : Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1993.

Lima Rosimeire Suzuki e Lima Ruy Reinaldo Rosa Guia para Elaboração de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil // Série de Publicações Temáticas do CREA-PR. - 2009. - Vol. 1.

Manual de Métodos EPA-SW-846 Standard Methods for Examination of Water and Wastewater.

Ministério da Ciência e Tecnologia CNEN -Comissão Nacional de Energia Nuclear. - 2009 de 11 de 25. - <http://www.cnen.gov.br/>.

Ministério da Saúde Portal da Saúde - www.Saude.gov.br - Legislação - 2009 de 10 de 12. - http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=169.

Ministério das Cidades PBQP-H. - 2009 de 11 de 21. - http://www2.cidades.gov.br/pbqp-h/pbqp_apresentacao.php.

Ministério do Meio Ambiente Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA/MMA. - 5 de 11 de 2009. - <http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>.

Ministério do Trabalho MTE. - 22 de 10 de 2009. - <http://www.mte.gov.br/legislacao/default.asp>.

Ministério dos Transportes Transportes - 03 de 11 de 2009. - <http://www.transportes.gov.br/Modal/Aquaviario.htm>.

MRS Estudos Ambientais Estudo de Impacto Ambiental do Estaleiro e Base Naval para a Construção de Submarinos à Propulsão Nuclear em Itaguaí, Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro, 2009.

Pinto Tarcísio de Paulo Gestão Ambiental de Resíduos da Construção Civil: A experiência do SindConst - SP. - São Paulo, 2005.

Rodrigues Patrícia Perretto [et al.] Análise dos níveis de ruído em equipamentos da construção civil na cidade de Curitiba // Revista Produção online. - Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009. - 11 de 25 de 2009. - <http://producaoonline.org.br/index.php/rpo/article/viewFile/234/492>.



Scolforo J. R.S., Pulz F. A. e Melo J. M. Modelagem da produção, idade das florestas nativas, distribuição espacial das espécies e a análise estrutural // Manejo Florestal / A. do livro Scolforo J. R.S.. - Lavras : UFLA/FAEPE, 1998.

Secretária Especial de Portos SEP. - 11 de 9 de 2009. - <http://www.portosdobrasil.gov.br/sistema-portuario-nacional>.

Sibson R. A brief description of natural neighbor interpolation. // Interpreting Multivariate data / book auth. Barret V.. - Wiley : Chichester, 1981.

Wahba G. Spline Models for Observational Data // CBMS-NSF - Regional Conference Series In Applied Mathematics. - Philadelphia : Soc. Ind. Appl. Maths., 1990.

Watson D. Countouring: A Guide to the Analysis and Display of Spatial Data // Pergamon Press. - London, 1992.